



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 46/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 1944/2006 – 2 volumes.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Canutama.
- 4- **Exercício:** 2005.
- 5- **Responsável:** Sr. Raimundo Sampaio da Costa, Prefeito Municipal de Canutama.
- 6- **Unidade Técnica:** Informação nº. 647/2014-DICAMI (fls.310/311).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº. 2661/2014-MP-ESB (fls. 312/316) do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Canutama. Exercício de 2005.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em parcial consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

Emite **PARECER PRÉVIO** pela **DESAPROVAÇÃO** das Contas Gerais da **Prefeitura do Município de Canutama, referente ao exercício de 2005**, Gestão do Sr. **RAIMUNDO SAMPAIO DA COSTA**, Prefeito Municipal, nos termos do art. 1º, I, c/c o art. 58, “c”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, III, “a”, 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 46/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 15 de outubro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL

Conselheiro

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES

Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 46 /2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 46 /2014)

- 1- **Processo TCE nº 1944/2006 – 2 volumes.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Canutama.
- 4- **Exercício:** 2005.
- 5- **Responsável:** Sr. Raimundo Sampaio da Costa, Prefeito Municipal de Canutama.
- 6- **Unidade Técnica:** Informação nº. 647/2014-DICAMI (fls.310/311).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº. 2661/2014-MP-ESB (fls. 312/316) do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Canutama. Exercício de 2005.

*Contas irregulares. Glosa. Multas. Prazo.
Determinação à origem.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em parcial consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1 – À unanimidade:

9.1.1 - JULGAR pela IRREGULARIDADE das contas da Prefeitura Municipal de Canutama, referente ao exercício de 2005, tendo como responsável o Sr. Raimundo Sampaio da Costa, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, “b” e “c” da Lei nº 2.423/96, em razão da permanência das falhas neste Voto tratadas;

9.1.2 - GLOSAR o valor de **R\$ 67.754,71** (sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e um centavos), com a sua devolução aos cofres públicos devidamente corrigida pelo Sr. Raimundo Sampaio da Costa, referente ao lançamento da conta Realizável no Balanço Financeiro não esclarecido;

9.1.3 - FIXAR o prazo de **30 (trinta) dias**, para que o Sr. Raimundo Sampaio da Costa recolha o valor do débito que lhe foi aplicado aos cofres públicos (art.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 46 /2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 46 /2014)

72, III, “a”, da Lei n.º 2.423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução TCE/AM n.º 04/02;

9.1.4 - AUTORIZAR, em caso de não recolhimento do valor da condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei n.º 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução n.º 04/2002- TCE;

9.1.5 - RECOMENDAR ao Poder Executivo de Canutama a observância das normas legais aplicáveis à gestão de recursos públicos, sobretudo a Lei n.º 8.666/93, Lei Complementar n.º 101/2000 e as Resoluções desta Corte.

9.2 – Por maioria:

9.2.1 - MULTAR o Sr. Raimundo Sampaio da Costa, Prefeito e Ordenador de Despesas:

a) no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, II, da Resolução n.º. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, pelo **atraso no encaminhamento da Prestação de Contas**, exercício de 2005, a este Tribunal, item 3.1, deste Voto;

b) no valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, II, da Resolução n.º. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, **por cada mês de atraso** no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos contábeis referentes aos meses de janeiro a dezembro de 2005 (12 meses), totalizando o montante de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), item 3.2, deste Voto;

c) no valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, II, da Resolução n.º. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, **por cada bimestre (6 bimestres), pelo não encaminhamento** do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, totalizando o montante de **R\$ 6.576,18** (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), item 3.8, deste Voto;

d) no valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, II, da Resolução n.º. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, **por cada semestre (2 semestres), pelo não encaminhamento** do Relatório de Gestão Fiscal, totalizando o montante de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), item 3.8, deste Voto;

e) no valor de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), referente a 5% do valor previsto no art. 54, IV, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, I, “a”, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, pelo não atendimento no prazo fixado, sem causa justificada, à Diligência ou Decisão do Tribunal (Ofício n.º 733/SP, Notificação n.º 220/2013-DICAMI e aos Editais de Notificação de 16/5/2014, 19/5/2014 e 20/5/2014);

f) no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), referente a 20% do valor previsto no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução n.º 04/2000-TCE/AM, alterada pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração à norma legal



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 46 /2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 46 /2014)

ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, itens 1.1 a 1.7, 2.2, 3.3 a 3.7 e 3.9 a 3.13, deste Voto;

9.2.2 - MULTAR o Sr. Marinelzo José Soares, Contador do Município no valor de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), referente a 5% do valor previsto no art. 54, IV, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, I, “a”, da Resolução nº 04/2002-RI-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelo não atendimento no prazo fixado, sem causa justificada, à Diligência ou Decisão do Tribunal (Notificação nº 673/2008);

9.2.3 - FIXAR o prazo de **30 (trinta) dias**, para que o Sr. Raimundo Sampaio da Costa e o Sr. Marinelzo José Soares, recolham os valores das multas que lhe foram aplicadas aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2.4 - AUTORIZAR, em caso de não recolhimento dos valores das condenações, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE;

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles, no sentido que de as multas sejam aplicadas com os valores vigentes no exercício de 2005, de acordo com o Regimento Interno, Resolução n. 04/2002. Vencido o Conselheiro Júlio Assis Pinheiro que votou pela inaplicabilidade de multa pelo atraso do ACP.

10- Ata: 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 15 de outubro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral